

Anabela Gil

O geógrafo: da universidade ao mercado de trabalho

Resumo:

Este artigo procura problematizar o papel do Geógrafo na sociedade actual, articulando-se dimensões como: a evolução das Instituições Universitárias e o mercado de trabalho.

Complementa-se o percurso teórico com um estudo empírico, que tem por base os resultados obtidos nos relatórios da avaliação externa, em torno de seis Universidades Portuguesas, onde são ministrados os Cursos de Geografia e de Planeamento Regional, focando-se, essencialmente, três pontos: a organização geral, o impacte/imagem do curso e a inserção profissional. Assim, os resultados alcançados sensibilizam para incursões na componente prática dos currículos e na inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Instituições universitárias, competências, Processo de Bolonha, mercado de trabalho

Abstract:

This articles tries to problematize the role of the Geographer in today's society, linking up dimensions like: The evolution of University institutions and the labor market.

It complements the theoretic path with the empiric study, which has as base the results obtained on external evaluation reports, around six Portuguese Universities, where the courses of Geography and Regional Planning are given, focusing essentially three aspects: the general organization, the impact/image of the course and the professional insertion. In this way, the results achieved sensitized to the incursion in the practical component of the study program offered and in the insertion in the labor market.

Keywords: University institutions, Competences, Bologna process, Labor Market

Introdução

A mudança de paradigma nas Universidades Portuguesas resulta de alterações ao nível da epistemologia e ao nível da conjuntura política e económica, nomeadamente com a nossa inserção no espaço comunitário. O Processo de Bolonha propõe o aumento da competitividade no ensino superior, promove a mobilidade e a empregabilidade dos diplomados no espaço europeu.

“Como instituição social a Universidade é palco das tendências, crises e conflitos que atravessam a sociedade, mas o peso da antiguidade e a forte inércia arrastam dificuldades em antecipar a mudança. Mesmo assim, a Geografia dos últimos 30 anos viu instituir práticas quase permanentes de transformação de avaliação, muito importantes em termos de reconfiguração face aos novos desafios” (Barata Salgueiro, 2005).

O repto lançado incide na ponderação das possíveis fragilidades e potencialidades, dos Cursos de Geografia no território português, ao nível da inserção do mercado de trabalho.

Através do presente artigo, procurou efectuar-se uma breve incursão sobre a evolução do ensino superior, de forma a sintetizar algumas das mutações observadas. A recolha empírica gera pontos para a reflexão em torno da imagem do Curso de Geografia e das saídas profissionais.

1. A evolução das instituições universitárias

A missão eterna da Universidade é o lugar onde por concessão do Estado e da sociedade uma determinada época pode cultivar a mais lúcida consciência de própria.

Karl Jarpers

William Coutler e Ann Moore elaboraram um estudo sobre a avaliação e o financiamento do ensino superior¹. Através do quadro 1, identificam-se cinco fases de evolução deste grau de ensino, que ajudam a sintetizar as mudanças observadas em muitos dos países da OCDE² (Coulter, W., Moore, A., 1987, p. 233 in Claudino, S., 1995, p. 21).

A investigação apresenta as principais características que nortearam o ensino superior entre os anos 60 e os 80, apontando possíveis cenários para as duas décadas seguintes. Contudo, pode verificar-se que, segundo as características apresentadas, o nosso contexto reporta-se entre a *Fase da Eficácia* e a da *Excelência*. Aspectos como: *a melhoria da qualidade dos programas; a avaliação com base em critérios determinados pelas instituições de ensino e o financiamento de incentivo, em função de indicadores e das capacidades concorrenciais*, constituem alguns dos referenciais que procuram ser protagonizados nas nossas universidades, reflectindo-se nas práticas dos Cursos, e em específico na Geografia.

Segundo o estudo *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Coordenado por José Mariano Gago (1994), distinguem-se três fases principais nas universidades portuguesas.

1. No Estado de Ohio (EUA).

2. OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico.

Designação da Fase	Períodos/ Anos	Características
Equidade	60	Preocupação com a construção de equipamentos Igualdade de serviços fornecidos pelas instituições de ensino e as oportunidades dos estudantes
Transparência	70	Consolidação do crescimento da década anterior Valorização dos custos de funcionamento
Eficácia	80	Adaptação à evolução demográfica Reestruturação e estabilização do recrutamento de discentes Melhoria da qualidade dos programas
Excelência	90	Manutenção da autonomia das instituições Procura de pontos fortes Ligação a outros sectores, desenvolvimento de estratégias de defesa da sua missão Avaliação com base em critérios determinados pelas instituições de ensino Receptividade às necessidades locais e estatais Financiamento de incentivo, em função de indicadores e das capacidades concorrenciais
Novo Contrato Social	Actualidade	Infraestruturas de manutenção Consolidação de pontos fortes Garantia de acesso a estudantes, reforço das associações e obtenção de novos recursos Financiamento estabelecido sobre uma base estável (subvenções e financiamento categorizado) e de incentivo Estratégias de defesa do ensino superior, com prioridade às preocupações e imperativos sociais Cooperação entre estabelecimentos de ensino superior

QUADRO 1: FASES DA EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

FONTE: ADAPTADO DE COULTER, W., MOORE, A., 1987, P. 233 IN CLAUDINO, S., 1995, P. 21

Até finais dos anos 70 – a *Universidade Tradicional*, em que as universidades estavam *predominantemente vocacionadas para a educação geral e a preparação de profissionais (advogados, engenheiros, médicos)*.

Nos anos 80 – a afirmação da *Universidade de Investigação*, são publicados diplomas que estabelecem um quadro legal, o qual permite reforçar a componente de investigação nas universidades. O Decreto-Lei nº66/80, de 9 de Abril, veio permitir a organização das universidades em departamentos, *visualizando a realização de três funções – ensino, investigação e prestação de serviços à comunidade*. Embora seja na década

anterior que as universidades são criadas em diferentes regiões, é nos finais dos anos 80 que se assiste a *um processo de regionalização do sistema de investigação*, desenvolvendo-se uma *fase de expansão dos centros de investigação por iniciativa das entidades e investigadores universitários*.

Os anos 90 preconizam – *as grandes alterações da Universidade – as ligações Universidade-Indústria*. O Ensino Superior veio a *tornar-se predominantemente no sistema de investigação*. Existiram um conjunto de alterações: *Estatuto de autonomia; restrições do financiamento público; desenvolvimento institucional nas vertentes de investigação e de interface, com maior entrosamento com utilizadores muito em particular empresas e Indústria; aprofundamento da intervenção local e regional; crescente transnacionalização das actividades de I&D no contexto europeu* (Gago, J. M., 1994, p. 217-221), as quais produziram efeitos profundos nas instituições universitárias.

Se por um lado, foi concedida autonomia financeira às universidades, acarretando dificuldades orçamentais, por outro lado, as mesmas procuraram dinamizar processos que lhes permitissem captar o financiamento retirado pelo Estado. Com a adesão da nossa nação à Comunidade Europeia, em 1986, a conjuntura política e económica comportou mutações. Ao nível das instituições universitárias promoveu-se maior participação nos Programas Comunitários, os quais viabilizaram o financiamento e a projecção da investigação portuguesa no mercado internacional.

1.1. O Processo de Bolonha³

A declaração de Sorbonne, em Maio de 1998, deu o mote, de forma informal, ao Processo de Bolonha, o qual arrancou oficialmente com a Declaração de Bolonha em Junho de 1999, a qual define um conjunto de etapas que devem ser desenvolvidos pelos sistemas de ensino superior europeus de forma a construir, até ao final da presente década, um espaço europeu de ensino superior globalmente harmonizado.

3. Informações recolhidas no site: <http://www.bologna-bergen2005.no/> e <http://www.dges.mctes.pt>

Pretende-se que as instituições de ensino superior funcionem de modo integrado, num espaço aberto, que detenha mecanismos de formação e reconhecimento de graus académicos, e que estes sejam homogêneos. Permitindo o reconhecimento dos diplomas em todas as universidades do espaço europeu que integram os 45 Estados.

Os sistemas de ensino superior deverão ser dotados de uma organização estrutural de base idêntica, oferecer cursos e especializações semelhantes e comparáveis em termos de conteúdos e de duração, e conferir diplomas de valor reconhecidamente equivalente tanto académica como profissionalmente.

No quadro 2 procurou-se sintetizar os Objectivos Gerais e Específicos que integraram a Declaração de Bolonha em 1999.

Objectivos Gerais	Objectivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> – Aumentar a competitividade do sistema europeu de ensino superior – Promover a mobilidade dos diplomados do ensino superior no espaço europeu – Promover a empregabilidade dos diplomados do ensino superior no espaço europeu 	<ul style="list-style-type: none"> – Adoptar de um sistema de graus académicos facilmente legível e comparável, incluindo também a implementação do Suplemento ao Diploma – Adoptar de um sistema assente essencialmente em dois ciclos, incluindo: um primeiro ciclo, que em Portugal conduz ao grau de licenciado, com um papel relevante para o mercado de trabalho europeu, e com uma duração compreendida entre seis e oito semestres; e um segundo ciclo, que em Portugal conduz ao grau de mestre, com uma duração compreendida entre três e quatro semestres; estabelecimento e generalização de um sistema de créditos académicos (ECTS), não apenas transferíveis mas também acumuláveis, independentemente da Instituição de Ensino frequentada e do país de localização da mesma – Promover a mobilidade intra e extra comunitária de estudantes, docentes e investigadores – Fomentar a cooperação europeia em matéria de garantia de qualidade – Incrementar a dimensão europeia do ensino superior

QUADRO 2: DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999

Os objectivos desenhados na Declaração de Bolonha (1999) têm sido alargados, propondo-se novas linhas de acção que ajudam a reforçar os ideais do Processo de forma contínua e gradual (quadro 3).

Praga, 2001	Berlim, 2003	Bergan, 2005
<ul style="list-style-type: none"> – Promover a aprendizagem ao longo da vida – Envolver os estudantes na gestão das instituições de Ensino Superior – Promover a atractividade do Espaço Europeu do Ensino Superior 	<ul style="list-style-type: none"> – Promover vínculos mais estreitos entre o Espaço Europeu do Ensino Superior e o Espaço Europeu de Investigação, de modo a fortalecer a capacidade investigadora da Europa, de forma a melhorar a qualidade e a atractividade do ensino superior europeu Estruturar o alargamento do actual sistema de dois ciclos, incluindo um terceiro ciclo no Processo de Bolonha, constituído pelo doutoramento, e aumentar a mobilidade quer ao nível do doutoramento como do post-doutoramento. As instituições devem procurar aumentar a sua cooperação ao nível dos estudos de doutoramento e de formação de jovens investigadores 	<ul style="list-style-type: none"> – Reafirmar a importância dos objectivos de Berlim referentes à promoção de vínculos mais estreitos entre o Espaço Europeu do Ensino Superior e o Espaço Europeu de Investigação e ao doutoramento

QUADRO 3: EVOLUÇÃO DO PROCESSO DE BOLONHA (2001-2005)

A Declaração de Bolonha assenta sobre dois pilares principais: construir uma Europa mais coesa ao nível da ciência e do conhecimento; e mais competitiva e atractiva, tanto à escala europeia como à escala intercontinental.

Na dimensão nacional e europeia tem-se desenvolvido um debate alargado sobre o Processo de Bolonha, o qual tem envolvido actores de diferentes esferas, como membros da Comissão Europeia, representantes dos Ministérios da Educação, reitores, presidentes de estabelecimentos de ensino superior e associações representativas do movimento estudantil a nível nacional e europeu. Com estas equipas, realizaram-se seminários, colóquios e debates, produzindo-se os respectivos relatórios de progresso nesta matéria. Deste modo, procura-se cumprir o objectivo de, até 2010, fazer da Europa: *a economia do conhecimento mais competitiva e mais dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico duradouro acompanhado de uma melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social.*

A competitividade e o protagonismo são vectores que emergem da ligação entre o ensino superior e a ciência, prevê-se que, da sua estreita articulação, a Europa afirmar-se-á na cena mundial, no século XXI.

Face a Bolonha é necessário pensar o ensino superior de outro modo, pois o paradigma assenta numa tipologia diferente de educação académica e vocacional, numa formação académica de banda larga, enfatizando a aquisição de competências, primado da aprendizagem sobre o ensino tradicional (Costa, 2005).

Importa, pois, reflectir-se sobre a preparação organizacional que tem sido desenvolvida, em torno do Processo, e de que modo as instituições universitárias têm incorporado estas políticas educativas no seu âmago.

2. A geografia e o planeamento territorial

“Francisco Xavier da Silva Telles (Pondá, Goa, 1860 – Lisboa, 1930) é de há muito um nome maior da Geografia portuguesa, não só por ter ocupado a primeira cátedra de Geografia no ensino superior em Portugal, mas também pelos trabalhos científicos que desenvolveu e pela influência do seu magistério” (Garcia, 2006, p. 9).

Volvidos mais de cem anos desde a criação da cátedra de Geografia no Curso Superior de Letras, em Lisboa, muitos foram os Geógrafos que evidenciaram o seu trabalho e a importância da disciplina no seio das outras ciências.

A Geografia tem-se afirmado progressivamente, procurando domínios na sociedade, nomeadamente ao nível do planeamento territorial, que não se confinam apenas ao ensino. O contributo das técnicas quantitativas e dos modelos trouxeram a esta ciência leituras diversas, que permitiram sistematizar as relações espaciais e a evolução de determinados fenómenos no espaço.

Os Cursos de Geografia tem sofrido algumas alterações, que procuram acompanhar as tendências da sociedade. Teresa Barata Salgueiro considera que a “continuada diversificação de saídas profissionais tem-se reflectido na organização do curso que procura responder, embora sempre com atraso, às oportunidades do mercado de trabalho” (Barata

Salgueiro, 2005, p.143). Embora o comentário seja relativo ao Curso de Geografia ministrado na Universidade de Lisboa, esta talvez seja uma preocupação constante das restantes Universidades, já que possuem equipas de auto-avaliação, que lhes permitem reflectir sobre as suas práticas numa perspectiva de melhoria e de auto-regulação.

Neste sentido, apresenta-se uma breve abordagem empírica, que tem por base, apenas, os resultados obtidos nos relatórios da avaliação externa, em torno de seis Universidades Portuguesas, onde são ministrados os Cursos de Geografia e de Planeamento Regional, focando-se, essencialmente, três pontos: a organização geral, o impacte/imagem do curso e a inserção profissional.

Os relatórios de avaliação externa têm por base a análise dos relatórios de auto-avaliação das respectivas Universidades e o contacto directo com a Instituição, no qual são efectuadas pesquisas documentais complementares, contactos com diferentes agentes: representantes de professores, alunos, ex-alunos, funcionários, entidades empregadoras...

São finalidades deste processo de avaliação⁴:

- Estimular a melhoria da qualidade das actividades desenvolvidas;
- Informar e esclarecer a comunidade educativa e a comunidade portuguesa em geral;
- Assegurar um conhecimento mais rigoroso e um diálogo mais transparente entre as instituições do ensino superior;
- Contribuir para o reconhecimento de diplomas académicos e títulos profissionais a nível europeu;
- Contribuir para o ordenamento da rede de Instituições de Ensino Superior e para a racionalização das actividades de ensino e de investigação (meios humanos, físicos e financeiros).
- Analisar e estimular a qualidade das actividades académicas, nomeadamente as de ensino e formação.

A Comissão de Avaliação Externa foi constituída⁵ por académicos de diferentes especializações e instituições nacionais e estrangeiras, per-

4. Informação recolhida no Relatório Síntese-Global da Comissão de Avaliação Externa, 2003.

5. Presidente, Prof^a. Dr.^a Carminda Maria Mariano Cavaco, Prof^a. Catedrática, Dep.Geografia da Fac. Letras, U. L; Vice-Presidente, Prof. Dr. António de Brum Ferreira, Prof. Catedrático, Dep.

sonalidades com responsabilidades profissionais de destaque em áreas de investigação e de potencial emprego destes licenciados, geógrafos e não geógrafos.

As Instituições Universitárias que integraram este processo de Avaliação Externa constam no quadro 4, o qual apresenta as licenciaturas existentes e a respectivas variantes. Destaca-se que a Licenciatura de Planeamento Regional e Urbano, na Universidade de Aveiro, está integrada no Departamento de Ambiente e Ordenamento, o que suscita relações privilegiadas com a área do ambiente.

Salienta-se que no momento em que foi desenvolvido este processo, 2003, as instituições procuravam estruturar alterações nas Licenciaturas em análise, ajustando os currículos, diversificando e actualizando a formação ministrada, de modo a responder às dinâmicas do mercado de trabalho.

“Outras remodelações foram introduzidas ou estão em preparação, com vista à adaptação dos currículos ao processo de Bolonha, cujos objectivos gerais são: mobilidade dos estudantes, inteligibilidade e comparabilidade dos graus, empregabilidade dos diplomados e competitividade dos sistemas europeus de ensino superior” (Comissão de Avaliação Externa, 2003, p. 13).

Geografia da Fac. Letras, U.L.; Vice-Presidente, Doutor João Manuel Machado Ferrão, Investigador principal, Ins. Ciências Sociais, U. L.; Vogal Nacional Meio Académico, Prof^a. Dra. Rosa Fernanda Moreira da Silva, Prof^a. Catedrática, Dep.Geografia Fac.Letras, U. P.; Vogal Nacional Meio Académico, Prof^a. Dra. Lucília de Jesus Caetano, Prof^a. Catedrática, Ins.Estudos Geográficos da Fac. Letras, U.C.; Vogal Nacional Meio Académico, Prof. Dr. Manuel Leal da Costa Lobo, Professor Catedrático Jubilado, Dep. Eng. Civil do Ins.Sup.Técnico, U. T. L.; Vogal Nacional Meio Profissional, Prof. Dr. José António Sequeira Carvalho, Prof. Associado do Ins. Sup. Empresas e Gestão, U. T. L. – a exercer funções junto da Comissão Europeia, Bruxelas; Vogal Nacional Meio Profissional, Dr. Orlando José Manuel Castro e Borges, Presidente do Ins. Água; Vogal estrangeiro, Prof. Dr. Christopher Jensen-Butler, Prof. Catedrático, Dep. Economics, University of St.Andrews, UK.; Vogal estrangeiro, Prof. Dr. Lorenzo López Trigal, Prof. Catedrático, Dep. Geografia, Universidad de Léon, Espanha.;Vogal estrangeiro, Prof. Dr. Juan Romero Gonzalez, Prof. Catedrático, Dep. Geografia, Universidad de Valência, Espanha.

Licenciatura	Especializações/Variantes	Instituição
Planeamento Regional e Urbano	– Planeamento Regional e Urbano Pó 1983	U. Aveiro
Geografia	Especializações: 1993-Pós 2002 Ensino Ordenamento do Território e Desenvolvimento Estudos Ambientais	U. Coimbra
Geografia	Variantes: Pó 1998 Ensino da Geografia Planeamento e Gestão do Território Urbanismo Geografia Física e Ordenamento do Território Cartografia e SIG's	U. Lisboa
Geografia e Planeamento	Especializações: Pó 1996 Desenvolvimento Regional e Urbano Desenvolvimento e Ambiente	U. Minho
Geografia e Planeamento Regional	Especializações: 1980-2002 Ensino da Geografia e Educação Ambiental Ordenamento e Planeamento Territorial Desenvolvimento Regional e Local	U. Nova Lisboa
Geografia	Licenciaturas: Pó 2001 Ensino da Geografia Geografia, com possibilidade de especialização em Ordenamento Territorial	U. Porto

QUADRO 4: ESTRUTURA DAS LICENCIATURAS AVALIADAS PELA COMISSÃO EXTERNA NA ÁREA DE GEOGRAFIA – 1º CICLO

Ao comparar-se o perfil de competências específicas definido para o Geógrafo⁶, à saída do primeiro ciclo, com os principais objectivos das Licenciaturas em Geografia e Planeamento Regional (quadros 5 e 6), constata-se existir articulação entre os mesmos.

Competências específicas do geógrafo

- Compreender e interpretar paisagens, o significado das relações espaciais e construir modelos e esquemas espaciais a diferentes escalas;
- Perceber as diferentes formas de organização do espaço, a diversidade e interdependência de regiões e lugares, os mecanismos que conduzem à segregação espacial, e a natureza das mutações que nos afectam;

6. Competências definidas pelo Programa Tuning da EU, Rede Herodot, Eunet.

- Recolher, comparar, analisar e apresentar a informação geográfica usando diferentes técnicas e perspectivas em Geografia;
- Aplicar e perceber os conceitos geográficos e comunicar (escrita e oralmente) ideias e princípios e teorias geográficas.

Através do quadro 5, podemos observar os principais objectivos das Licenciaturas e Variantes que são ministrados na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), aspecto que se destaca das restantes Universidades (quadro 6), em que os objectivos são apresentados como transversais ao Curso, sem diferenciação das variantes, no caso de existirem.

1. Ensino da Geografia	2. Planeamento e Gestão do Território	3. Urbanismo	4. Geografia Física e Ordenamento do Território	5. Cartografia e SIG'S
<ul style="list-style-type: none"> • Usar adequadamente o saber e o saber-fazer da Geografia em situações de ensino-aprendizagem • Aprender a mobilizar conceitos, métodos e técnicas geográficas na abordagem de problemas escolares • Adquirir competências para pesquisar, seleccionar e organizar informação e transformar este conhecimento mobilizável na Educação Geográfica • Saber adoptar estratégias adequadas ao desenvolvimento da formação de cidadãos geograficamente competentes • Desenvolver espírito crítico, reflexivo, promotor da inovação na Educação Geográfica 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar geógrafos com conhecimentos sólidos e diversificados, portadores de visões integradoras e sensibilizados para as problemáticas do território • Formar geógrafos com competência específica para intervir no planeamento do território, integráveis em equipas pluridisciplinares • Formar geógrafos estimulados para o desenvolvimento de investigações puras ou aplicadas, úteis ao progresso da ciência e da sociedade 	<ul style="list-style-type: none"> • Formar profissionais que saibam usar a geografia na interpretação do território e na procura de soluções para os problemas de ordenamento urbano • Dotar os alunos de competências de pesquisa, selecção, organização da informação e sua transformação em conhecimento mobilizável na gestão urbana • Proporcionar contacto com a problemática da gestão do território ao nível local • Desenvolver espírito crítico e capacidades de reflexão promotoras da inovação na pesquisa e na prática profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • Responder a novas solicitações e exigências do mercado do emprego, em áreas emergentes • Formar geógrafos "generalistas" com informação de base nos domínios das Ciências da Terra, das Ciências da Natureza e das Ciências Sociais • Formar geógrafos capazes de promover o Ordenamento rigoroso do espaço e a gestão criteriosa dos recursos • Promover a educação cívica e ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar o uso das técnicas e metodologias associadas aos SIG'S nas disciplinas de geografia • Proporcionar aos alunos conhecimentos técnicos e práticos que lhes permitam uma mais fácil inserção e capacidade competitiva no mercado de trabalho • Gerar o desenvolvimento científico do conhecimento em SIG'S

QUADRO 5: GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO: PRINCIPAIS OBJECTIVOS DAS LICENCIATURAS E VARIANTES (FLUL – FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA)

FONTE: EXTRAÍDO DO RELATÓRIO SÍNTESE GLOBAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA (LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO), 2003, P. 17

II. F.L.U. Coimbra	III. F.L.U. Porto	IV. F.C.S.H. UNL	V. U. Minho	VI. U. Aveiro
<ul style="list-style-type: none"> • Formação de docentes para o Ensino Secundário • Formação com valências para: <ul style="list-style-type: none"> – análise e representação geográfica e cartográfica de fenómenos naturais e humanos num território; – análise territorial aplicada ao planeamento, ordenamento e gestão do território; – estudos e análises de impactos ambientais; – estudos e análises territoriais de apoio às tomadas de decisão • Formação de cidadãos conscientes e conhecedores do mundo em que vivem, capazes de participar na transformação da sociedade, em equilíbrio com o seu ambiente geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação científica: <ul style="list-style-type: none"> – promover conhecimento do território; – testar e explicitar os modelos explicativos; – analisar as metodologias de diagnóstico e intervenção sobre o território • Capacidade de adaptação: <ul style="list-style-type: none"> – criar hábitos de trabalho, gestão do tempo e outros recursos; – facilitar a estruturação do pensamento, o raciocínio, a capacidade de identificação e formalização dos problemas e o desenvolvimento do espírito crítico – desenvolver a capacidade de comunicar oral e escrita, o trabalho de grupo, o relacionamento intercultural e interpessoal 	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar o gosto pela investigação científica • Dotar os alunos de instrumentos e técnicas de pesquisas e análise • Desenvolver a capacidade de aprendizagem e escolha crítica • Dotar os alunos de instrumentos metodológicos de aplicação prática • Articular os conhecimentos teórico-práticos com as solicitações do mundo do trabalho • Desenvolver a capacidade de diagnóstico e de síntese sobre o espaço geográfico • Complementarmente, proporcionar habilitação para o Ensino da Geografia (3º ciclo, Secundário) 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o desenvolvimento da região onde se insere • Formar nos valores do ambiente e de cultura/identidade • Capacitar para o desenvolvimento de trabalhos científicos nos domínios do meio físico e humano • Capacitar para a planificação equilibradas das actividades produtivas e o desenvolvimento sustentável • Capacitar para o planeamento local, regional, nacional e internacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar profissionais no domínio do planeamento regional e urbano • Proporcionar uma formação sistemática e crítica em planeamento regional • Incrementar a investigação de situações com importante impacto territorial • Colaborar com a comunidade na procura de soluções para o ordenamento territorial e do ambiente • Estimular uma atitude reflexiva, crítica e interventiva • Desenvolver capacidades de multidisciplinidade, integração dos conhecimentos técnicos e integração de formação teórica sólida e capacidade operativa

QUADRO 6: **GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO: PRINCIPAIS OBJECTIVOS DAS LICENCIATURAS E VARIANTES**

FONTE: EXTRAÍDO DO RELATÓRIO SÍNTESE GLOBAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA (LICENCIATURAS EM GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO), 2003, P. 18

No trabalho desenvolvido pela Comissão de Avaliação Externa (CAE) foram seleccionados alguns parâmetros, que antecipadamente foram dados a conhecer às Equipas de Auto-avaliação, as quais poderiam sugerir alterações. A CAE esclarece, ao longo dos vários relatórios produzidos, que não foi “intencionalmente elaborada nenhuma fórmula de ponderação dos mesmos, não é possível extrair uma classificação síntese final para cada licenciatura. Assim, qualquer inferência nesse sentido será obviamente gratuita e mesmo desonesta. A principal utili-

dade da nossa classificação é a de evidenciar, de modo sintético e comparativo, os campos onde mais importa concentrar esforços e meios, para ultrapassar algumas debilidades ou alcançar níveis de excelência totais” (Comissão de Avaliação Externa, 2003, p. 4-5).

A referida Comissão, ainda, sensibiliza para o facto da leitura dos Termos de Referência só poder ser efectuada *na horizontal, sendo descabida qualquer tentativa de apuramento, através deles, de uma classificação do Curso.*

Seguindo as recomendações, da Comissão, a apresentação dos quadros com os Termos de Referência tem como objectivo reflectir-se sobre pontos que se consideraram como fundamentais para o aprofundamento do presente artigo, podendo suscitar o interesse de uma abordagem mais actual, cruzando metodologias de análise.

Através do quadro 7, contemplam-se alguns parâmetros que serviram de análise à Organização Geral do Curso. A clareza e adequação dos objectivos mostram-se equilibrados, no entanto, reforça-se que deveria existir uma correspondência entre os objectivos a cada uma das variantes/especializações.

Ao nível da concretização dos objectivos, os planos de estudos devem ser ajustados, denotando-se que existem instituições que não dispõem de recursos apropriados.

Em algumas instituições, torna-se necessária uma maior definição de estratégias ao nível científico e pontualmente ao nível pedagógico.

A cooperação com o meio/tecido empresarial poderá ser melhorada, de forma a estreitar parcerias facilitadoras da inserção dos jovens no mercado de trabalho, aspecto que se relaciona com imagem consistente face ao mercado empregador. A prestação de serviços a empresas, a realização de colóquios, seminários e o desenvolvimento de formação pós-graduada, gera marketing e capta recursos humanos e materiais que alargam os seus domínios.

De um modo geral, o Curso encontra-se bem integrado nas instituições em análise.

Universidade Objectivos do curso	Lisboa	Porto	Coimbra	UNL	Minho	Aveiro
Clareza na apresentação dos objectivos	A	B	B	B	A	A
Adequação dos objectivos	A	B	B	B	B	A
Concretização dos objectivos: planos de estudos ajustados	B	B	B	B	C	C
recursos apropriados	B	B	C	C	C	B
Definição de estratégias: ao nível científico	A	C	B	C	B	A
ao nível pedagógico	B	B	B	C	B	B
Cooperação com o meio/tecido empresarial	B	B	D	B	C	B
Imagem: defesa institucional de uma imagem consistente face ao mercado empregador	B	B	C	B	C	B
Integração do Curso na Instituição	B	B	B	B	B	A

QUADRO 7: ORGANIZAÇÃO GERAL DO CURSO⁷

FONTE: RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA DA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA E PLANEAMENTO

Como já foi referido, os relatórios desenvolvidos pela CAE abordam vários Termos de Referência, pretendendo-se utilizar, apenas, o que alude aos Objectivos do Curso.

Em seguida, privilegiando-se uma abordagem qualitativa, seleccionaram-se alguns excertos recolhidos nos Relatórios de Avaliação Externa das Instituições em análise, apenas nas dimensões Impacte/Imagem: Grau de Satisfação dos Alunos e Inserção Profissional.

A análise de conteúdo que se efectuou foi simplificada, tendo como indicadores de primeira categoria: pontos fortes e pontos fracos.

7. As classificações de A, B, C, e D podem, sem qualquer inconveniente, ser consideradas equivalentes das seguintes apreciações qualitativas: A, Muito Bom; B, Bom; C – Suficiente; D – Insuficiente (ou Inexistente).

Universidade	Pontos Fortes	Pontos Fracos
U. A.	– elevado grau de satisfação: formação e integração no mundo do trabalho	– número muito reduzido de novos alunos inscritos nos últimos anos – pouco reconhecimento social
U. C.	– boa articulação dos conteúdos entre as várias disciplinas do mesmo ano curricular e – boa a articulação das aprendizagens nas aulas práticas e teóricas	– pouco prático e as áreas de especialização, excepto a do Ensino – planos curriculares graves deficiências nas temáticas relacionadas com a Estatística, Cartografia e SIG – reduzido número de disciplinas opcionais – Seminário não orientado em função da especialização e com frágil formação teórica e metodológica
U. L.	– desenvolvimento de capacidades de aprendizagem e espírito crítico – desenvolvimento da capacidade de diagnóstico	– Curso e as Variantes são pouco práticas, com excepção de Cartografia e Sistemas de Informação Geográfica – restantes quatro variantes têm planos curriculares deficientes no âmbito da Cartografia Automática e SIG's, nº reduzido opções – ausência de Estágio em 3 Variantes
U.M.	– elevado grau de satisfação	– é necessário introduzir modificações que tornem o Curso internamente mais coerente e externamente mais adequado às exigências do mercado de trabalho – grau de satisfação com o Curso por parte de ex-alunos não é tão evidente – dificuldades encontradas em termos de inserção profissional levam a que alguns atribuam, retrospectivamente, parte da responsabilidade pelas situações que actualmente vivem de desemprego ou emprego não ajustado à licenciatura a – deficiências curriculares ou a posturas passivas dos docentes
U.N.L.	– componente prática das cadeiras (53%) interdisciplinaridade/transdisciplinaridade da matéria leccionada (33%) – disciplinas e Curso actual interessantes (31%) – competência científica dos docentes (24%) – boa relação entre alunos (21%) – boa relação entre professores e alunos (19%) – boa preparação dos docentes (18%) – formação teórico-metodológica (18%)	– falta de meios audiovisuais e informáticos (39%); instalações/ infraestruturas (24%) – carga horária mal organizada/ inexistência de horário pós-laboral (15%) – no que respeita às disciplinas de opção frequentadas no Dep. Ou disciplinas em atraso, horários poucos ou nada adequados (53% e 38%, respectivamente) – falta de organização do Curso (12%) – falta de dinamismo na promoção de actividades extra-curriculares (9%) – estágio não integrado/dificuldade de acesso a estágio (7%)
U. P.	– desempenho dos docentes, normalmente entre o Suficiente e o Bom, atingindo mesmo o Muito Bom, particularmente no 4º e 5º anos e nas disciplinas de opção – opinião favorável: programas, articulação das matérias, carga horária e sistema de avaliação	– fraco domínio dos discentes em relação a línguas estrangeiras – insatisfação no que se refere ao fraco relevo atribuído aos conteúdos práticos das disciplinas, à escassez do trabalho de campo, à falta de cadeiras o matérias de conteúdo tecnológico, nomeadamente cartografia automática e sistemas de informação geográfica

(cont.)

(cont.)

Universidade	Pontos Fortes	Pontos Fracos
U. P.	– Globalmente, boas são consideradas, também, as instalações e serviços de apoio, com particular realce para a Biblioteca Geral	– falta de um estágio curricular no Ramo Científico, o que tudo se traduz em dificuldades crescentes na procura de emprego fora do ensino secundário – fraca diferenciação entre o Ramo Científico e o Ramo Educacional, a falta, neste, de disciplinas de opção, e a pouca renovação dos conteúdos das disciplinas optativas, de ano para ano – equipamentos das salas, as disponibilidades multimédia, são apenas suficientes – desconforto térmico de algumas salas de aula – insuficiência dos meios informáticos postos à disposição de docentes e alunos – falta de técnicos especializados em laboratório e cartografia – exiguidade e falta de equipamento dos gabinetes dos docentes, que são também os únicos espaços de atendimento dos alunos, fora das aulas

QUADRO 8: GRAU DE SATISFAÇÃO DOS ALUNOS RELATIVAMENTE AO CURSO

No quadro 8, existiu alguma dificuldade em apurar um padrão comum na tipologia de respostas. Parece subsistir uma grande diversidade de conteúdos abordados, provavelmente decorre das diferentes técnicas de recolha de dados, instrumentos ou metodologias utilizadas. No entanto, verifica-se que a satisfação dos alunos aplica-se a pontos tão diversos que vão desde o desenvolvimento de capacidades próprias do Geógrafo, indo ao encontro à aquisição das competências e aos objetivos do Curso; até ao desempenho dos docentes. Quanto aos pontos mais frágeis, designados por pontos fracos, apontam: a falta de preparação prática e a débil articulação com o mundo do trabalho.

2.1. Inserção profissional/ mercado de trabalho do geógrafo

Universidade	Pontos Fortes	Pontos Fracos
U. A.	– o grau de empregabilidade, avaliado pelo total de licenciados que desenvolve uma actividade adequada ao tipo de conhecimentos, competências e capacidades adquiridas ao longo do Curso, é bom	– a inserção no mercado de trabalho está, no entanto, demasiado dependente de entidades localizadas na região e de natureza pública (sobretudo autarquias) – não reconhecimento do estatuto de planeador constituiu um condicionalismo muito forte a uma maior integração profissional, com óbvias consequências negativas em termos da visibilidade social da profissão e da procura do Curso por parte de novos alunos

(cont.)

(cont.)

Universidade	Pontos Fortes	Pontos Fracos
U. A.		<ul style="list-style-type: none">- o Curso claramente internacionalizado em termos científicos e que corresponde a uma oferta única ao nível nacional continue a depender essencialmente da procura regional, tanto a montante (sobretudo alunos, mas também docentes) como a jusante (mercado de trabalho)
U. C.	<ul style="list-style-type: none">- exceptuando a Área de Especialização- Ensino, cujo plano de estudos inclui um estágio profissionalizante	<ul style="list-style-type: none">- nas restantes 2 áreas de especiali. a inserção profissional é ainda débil- não se detecta uma política de divulgação do curso e, conseqüentemente, uma tentativa de abertura do leque de protocolos
U. L.	<ul style="list-style-type: none">- exceptuando a Variante de Ensino da Geografia, cujo plano de estudos inclui um estágio profissionalizante, e a de Urbanismo,	<ul style="list-style-type: none">- restantes variantes a inserção profissional é muito débil- os seminários deveriam constituir uma primeira fase de adaptação a um estágio, às realidades dos futuros mercados de trabalho
U.M.		<ul style="list-style-type: none">- articulação da licenciatura com o mercado de trabalho é unanimemente considerada como insuficiente, tanto do ponto de vista da visibilidade externa do Curso como da integração efectiva dos profissionais que aqui são formados- saliente-se, por exemplo, que na sessão ocorrida com ex-alunos estiveram presentes várias pessoas em situação de desemprego- as sessões realizadas com alunos e ex-alunos deixam a ideia de que a integração no mercado de trabalho é actualmente marcada pela instabilidade (peso das situações de "recibo verde") mas que, no futuro próximo, poderá confrontar-se com problemas de saturação, de que inevitavelmente resultará a multiplicação dos casos de desemprego- note-se que as escolas do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico constituem actualmente a segunda saída profissional, após as autarquias
U.N.L.	<ul style="list-style-type: none">- os recém-licenciados demoram menos de 6 meses para encontrar o primeiro emprego- a intervenção dos docentes do Dep. pode também ser decisiva para 13% (onde têm alguma influência as cartas de apresentação)- Administração Local (20,3%) e Central (18,8%) são as entidades mais empregadoras destes recém-licenciados- a docência no E.S. aparece com um peso significativo(17,4%)- Empresas de Consultoria/Projecto e Emp. Serviços (10%)- a maioria considera que as expectativas do curso foram relativamente alcançadas	<ul style="list-style-type: none">- 27% dos recém-licenciados experimentaram situações de desemprego, embora por períodos que, em regra, não excedem 12 meses.- ressalvam a necessidade de haver um reforço dos estágios, como forma de possibilitar melhor contacto com o mundo do trabalho.- as entidades empregadoras detectam algumas debilidades na formação dos recém-licenciados.

(cont.)

(cont.)

Universidade	Pontos Fortes	Pontos Fracos
U.N.L.	<p>– verifica-se que o Dep. está aberto à comunidade exterior e às mutações do próprio mercado de trabalho</p> <p>– esta estratégia reflectiu-se na forma exemplar como foi organizada e participada a reunião com os representantes das entidades empregadoras, que destacaram os seguintes aspectos no que respeita à formação dos Licenciados:</p> <ul style="list-style-type: none">· boa capacidade de adaptabilidade e de integração em equipas multidisciplinares· conhecimento de metodologias de investigação de âmbito sociológico e económico	
U.P.	<p>– transpareceu uma opinião favorável relativamente aos geógrafos colocados em diversos organismos, salientando-se a importância de uma formação generalista, não só para a fase de diagnóstico dos projectos mas também para cargos de coordenação de equipas de trabalho interdisciplinar</p> <p>– iniciativa de alguns docentes, procurou-se atenuar o problema da falta de estágios através de candidaturas no âmbito do programa PRODEP ou de integração, em tempo limitado, de alunos finalistas em projectos de investigação</p>	<p>– o problema mais importante levantado... foi o das perspectivas de inserção profissional</p> <p>– com a diminuição das possibilidades de colocação no ensino secundário, as esperanças voltam-se para o emprego na adm. regional e local (autarquias)</p> <p>– os alunos sentem-se mal preparados para enfrentar o mercado de trabalho (para além de uma sólida preparação teórica, o que interessa é um bom domínio de Informática, Sistemas de Informação Geográfica, Base de Dados e Cartografia Automática, ou seja, uma preparação de carácter mais técnico)</p> <p>– a inexistência de um estágio curricular no Ramo Científico do plano de estudos actual.(a solução deste problema foi, em princípio, contemplada no novo plano curricular, ao introduzir-se um estágio no 2º semestre do 4º ano, com a carga horária de 4 horas)</p> <p>– o Dep. e os docentes deveriam empenhar-se mais em dar a conhecer as potencialidades dos seus alunos, nomeadamente junto das autarquias e outras instituições públicas e privadas, e criando laços institucionais que facilitassem a colocação dos geógrafos</p> <p>– Ramo Educacional, notou-se alguma insatisfação quanto à preparação para o ensino e ao ambiente de trabalho nas escolas, sublinhando-se ainda insuficiências de preparação de base no domínio da Geografia Física, o que foi salientado também por uma orientadora de estágio, presente na reunião</p> <p>– responsáveis do sector empresarial privado acham que a Faculdade deveria ser mais pró-activa, criando por exemplo um ambiente que permitisse a existência de projectos de empresas na Universidade.</p>

QUADRO 9: INSERÇÃO PROFISSIONAL

Relativamente ao ponto da Inserção Profissional, quadro 9, afe- riram-se muitos pontos comuns, entre as diferentes Instituições. No que concerne aos pontos fortes: na maioria dos casos, apenas, a Variante de Ensino tem articulação entre a Universidade e o mercado de trabalho, cujo plano curricular inclui Estágio. Quando questionadas, as entidades empregadoras são favoráveis ao papel do Geógrafo na coordenação de Projectos, na adaptabilidade na integração de equipas multidisciplinares. Em jeito de modesto elogio à CAE, pois esta introduz uma variável pouco explorada, que é a das entidades empregadoras. Muitos dos estudos produ- zidos versam, apenas, sobre a óptica das Instituições de saída, não con- templando ou articulando a visão de quem emprega os jovens licenciados.

Como pontos fracos, apesar dos esforços de algumas Instituições, existe a necessidade de maior articulação com o mercado de trabalho, nomeadamente na existência de estágios e protocolos com empresas, incorporando-se a dupla função de: preparação/estreitamento ao contexto laboral e simultaneamente promovendo as competências do Geógrafo.

No quadro 10, constata-se que os Licenciados das Universidades de Coimbra e do Porto predominam no sector do Ensino, seguindo-se a Adminis- tração Pública e o Sector Privado; denota-se uma taxa de desemprego baixa.

Instituições	N.º de alunos licenciados (1997-2002)	Emprego dos licenciados			% Licenciados Desempregados (inquérito) ⁽²⁾
		Ensino	Adminis. Pública	Sector Privado	
U. Lisboa	451	●	●	●	28,0 ⁽⁴⁾
U. Coimbra	613	●●	●	●	5,8
U. Porto	398	●●	●	●	8,0
U. Nova de Lisboa	167 ⁽¹⁾	●	●●	●	10,0
U. Aveiro ⁽³⁾	116		●●	●	9,0
U. Minho	71	●	●●	●	20,8

QUADRO 10: GEOGRAFIA E PLANEAMENTO REGIONAL E URBANO: LICENCIADOS E MERCADOS DE TRABALHO PREDOMINANTES – SEGUNDO OS RELATÓRIOS DE AUTO-AVALIAÇÃO

(1) NÃO INCLUI 2001-2002, LOGO NÃO INCLUI RECÉM-LICENCIADOS

(2) É OPINIÃO GENERALIZADA QUE O TEMPO QUE DECORRE ENTRE TÉRMINO DA LICENCIATURA E A OBTENÇÃO DO PRIMEIRO EMPREGO TEM SIDO REDUZIDO (ENTRE UM MÊS E UM SEMESTRE, PARA A GRANDE MAIORIA), MESMO SE AS EXPECTATIVAS NÃO SÃO OPTIMISTAS PARA OS ACTUAIS ESTUDANTES, ATENTOS A CERTA SATURAÇÃO DA PROCURA A NÍVEL DO ENSINO NÃO SUPERIOR. OS VALORES NÃO SE REFEREM A UNIVERSOS COMPARÁVEIS.

(3) 57,8% EM CÂMARAS MUNICIPAIS, LOGO SEGUIDAS PELO ENSINO SUPERIOR (13,3), 14,8% NO SECTOR PRIVADOS E EM ASSO- CIAÇÕES EMPRESARIAIS, 4,7% EM ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS E GAT/GTL, 3,9% EM ÓRGÃOS DO GOVERNO.

(4) O INQUÉRITO INCIDIU SOBRETUDO NOS LICENCIADOS DO ÚLTIMO ANO LECTIVO, MUITOS DELES TENDO ACABADO O CURSO EM SETEMBRO, LOGO DOIS A TRÊS MESES ANTES: OS DESEMPREGADOS SÃO RECÉM LICENCIADOS NÃO DA VARIANTE ENSINO, A QUAL INCLUI O ESTÁGIO PROFISSIONAL, A QUE SE TEM SEGUIDO HABITUALMENTE A SUA COLOCAÇÃO.

FONTE: RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA DA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA E PLANEAMENTO

Em relação aos Licenciados das Universidades Nova de Lisboa, Minho e Aveiro⁸ constata-se que encontraram colocação, fundamentalmente, na Administração Pública, seguindo-se o sector Privado e posteriormente o Ensino.

O Mercado de Trabalho ocupado pelos Licenciados que saem da Universidade de Lisboa encontra-se distribuído de forma equitativa.

O objectivo desta análise não incide, apenas, na simples comparação entre as Universidades; permite inferirmos que existe uma diferente distribuição dos licenciados no mercado de trabalho, consoante a respectiva proveniência universitária. Levantando-se duas hipóteses: será que o percurso universitário, o currículo, determina a colocação no mercado de trabalho? Será que existe diferenciação territorial na oferta de emprego, relacionado com área do Planeamento Regional (empresas e autarquias)?

Muito embora, alguns autores consideram que os Cursos Universitários se distinguem dos Cursos Politécnicos, já que estes últimos capacitam os seus jovens para um perfil de saída habilitado tecnicamente para o mundo do trabalho. A realidade é que se vive num contexto de mudança e globalização.

Bolonha apela à competitividade e à empregabilidade das universidades. As instituições necessitam de tempo para incorporarem as mudanças no seu seio, repercutindo-se nos percursos dos seus licenciados. *As instituições universitárias devem ser bem-sucedidas criando consistentemente novos conhecimentos, dissiminando-os amplamente, estas actividades definem-nas como criadoras de conhecimento, cujo objectivo principal é a inovação constante* (Ikujiro, N., 1991 in Ikujiro, N. & Hirota, T. 2008).

Assim, é necessário reflectir-se sobre o futuro destes jovens licenciados. Decorrente das experiências acumuladas, torna-se fundamental a definição de estratégias, procurando encontrar-se as soluções mais adequadas.

Urge repensar as formas que permitem a divulgação e valorização do curso de Geografia no século XXI.

8. Nesta Universidade apenas se obtêm Licenciaturas em Planeamento Regional e Urbano.

Bibliografia

- BARATA SALGUEIRO, T. (2005), A Geografia Universitária em Época de Benchmarking. *Finis-terra*, XL, 79:137-150.
- CLAUDINO, S. (1995), O Ensino Superior Português, Diplomados e Desenvolvimento Regional – Uma Abordagem. Lisboa: CEG.
- CLAUDINO, S. (2000), O Ensino da Geografia em Portugal. *Inforgeo*, n.º 15, Lisboa: APG: 169-190.
- COSTA, J. V. (2005), Bolonha em Portugal. A grande confusão, *Jornal Público*, 25 de Janeiro 2005, p. 7.
- COULTER, W., MOORE, A., (1987), L'Utilisation des Indicateurs de Performance pour le Financement au Niveau de l'État aux Etats-Unis. *Revue Internationale de Gestion des établissements d'enseignement supérieur*, vol. II, n° 2, Jul. p.231-244 in CLAUDINO, S. (1995). O Ensino Superior Português, Diplomados e Desenvolvimento Regional – Uma Abordagem. Lisboa: CEG.
- GAGO, J. M. (Coord. e Síntese) (1994), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação e Instituto de Prospectiva.
- GARCIA, J. C. et al. (2006), Comemorar Silva Telles e os 100 anos do Ensino Superior da Geografia em Portugal. *Inforgeo*, n.º 18/19, Lisboa: APG: p. 9-17.
- IKUJIRO N., HIROTAKA T. (2008), *Gestão do conhecimento*. São Paulo: Artmed.

Relatórios Consultados

- Relatórios de Avaliação Externa: Universidade de Aveiro, U. de Coimbra, U. de Lisboa, U. do Minho, U. Nova de Lisboa, U. do Porto. (2003)
- Relatório Síntese Global da Comissão da Avaliação Externa (2003)

Informação Digital

- <http://www.bologna-bergen2005.no/>
- http://europa.eu.int/comm/education/index_en.html
- <http://www.dges.mctes.pt>
- <http://econ.geo.uu.nl/peeg/peeg.html>